



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO SUL**

**Art. 2º, III, “b”, da Resolução TCE nº 1052/2015**

**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**EXECUTIVO - 2016**  
**RELATÓRIO E PARECER**

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Campinas do Sul - RS vimos apresentar **Relatório e Parecer** sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2016, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso III, letra “b”, da Resolução nº 1052, de 09 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado.

**I - RELATÓRIO**

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1094, de 03 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 087, de 10 de junho de 2002, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 029, de 09 de janeiro de 2017.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades examinando os procedimentos e processos realizados pelas Secretarias. Realizaram-se reuniões mensais, onde se emitiram relatórios e atas e os mesmos foram enviados ao Poder Executivo para conhecimento e posterior providências. Fizeram-se algumas recomendações, na intenção de sanar irregularidades ou deficiências administrativas constatadas. Dentre as recomendações feitas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO SUL**

ressaltam-se as seguintes: falta de fiscalização ambulante no município; falta de recadastramento imobiliário na cidade; mapeamento do cemitério municipal.

3. Em análise da execução do orçamento, observa-se que não existe desvio de comportamento ou de finalidade das metas estabelecidas no PPA e na LDO.

4. No que diz respeito ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

**a) operações de crédito:**

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, bem como no art. 167, inciso III da Constituição Federal, registra-se que os limites foram obedecidos, tendo em vista a não captação de recursos no exercício em questão;

**b) operações de crédito por antecipação de receita (ARO):**

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária em 2016;

**c) Restos a Pagar:**

Quanto aos restos a pagar processados e não processados (empenhos liquidados e a liquidar) comparados com as disponibilidades financeiras, estão demonstrados no quadro a seguir:

SITUAÇÃO EM 31/12/2016		
Disponibilidade	Restos a pagar	Saldo
3.290.453,83	139.685,81	3.150.768,02



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO SUL**

6. No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os Arts. 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

**a) Despesas com pessoal do Poder Executivo**

DESCRIÇÃO	RS	%
Receita Corrente Líquida – RCL	19.084.367,32	
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	8.625.326,21	45,20%
Limite de alerta cfe. Art. 59, § 1º, II da LRF		48,60%
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF		51,30%
Limite legal cfe art. 20, III, “b” da LRF		54,00%

7. O município apresenta dívida de longo prazo que dizem respeito a precatórios inscritos a pagar, no montante de R\$ 81.378,02, dentro dos limites legais e que, portanto, atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

8. No exercício de 2016, houve retorno de financiamentos a produtores rurais e indústrias do município, sendo assim, os valores disponíveis de tais rubricas foram aplicados corretamente na forma prescrita no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000.

9. Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município podem ser visualizados nos quadros a seguir:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICIPIO DE CAMPINAS DO SUL**

**a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo**

DESCRIÇÃO	R\$	%
Receita Corrente Líquida – RCL	19.084.367,32	
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	475.892,13	2,49%
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF		5,40%
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF		5,70%
Limite legal cfe art. 20, III, “b” da LRF		6,00%

**b) Gastos totais do Poder Legislativo**

Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior cfe art. 29-A CF	14.552.985,71
Limite Legal para gastos totais 7% (Art.29A ,I)	1.018.709,00
Gastos totais do Poder Legislativo Municipal	619.228,74
Percentual sobre Limite Constitucional Previsto	4,25%

**c) Despesas com Folha de Pagamentos do Poder Legislativo**

Limite Legal para gastos totais 7% (Art.29A ,I)	1.018.709,00
Limite Permitido c/ Folha de Pgto. 70% (Art.29-A, §1º/CF)	713.096,30
Despesas com a Folha de Pagamento	504.648,64
Percentual sobre Limite Permitido	49,54%

Os gastos ficaram dentro dos limites estabelecidos, portanto, nada há que se registrar ou apontar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO SUL**

**10.** Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2016, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas nela previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

**a)** A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.

**b)** Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.

**c)** Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64, da Lei Federal nº 4.320/64.

**d)** As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.) nos termos da legislação vigente.

**e)** No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro.

**f)** Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

**g)** As entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado são controlados no próprio local e ao final do período é levantado o inventário físico.

**h)** No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.

**i)** Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

**11.** Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICIPIO DE CAMPINAS DO SUL**

Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relevância de saldo contábil.

**a) Balanço Financeiro:** verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2015 e 31/12/2016, mediante a aplicação do seguinte teste:

<b>Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos)</b>	<b>6.135.243,61</b>
Receita Orçamentária Realizada	18.463.391,40
Receita Extra-Orçamentária	2.615.094,58
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(-) Despesa Orçamentária Realizada	(20.544.378,04)
(-) Despesa Extra-Orçamentária	(2.222.874,39)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(625.000,00)
<b>= Saldos das disponibilidades em 31/12 (caixa e bancos)</b>	<b>3.290.453,83</b>

**b) Demonstração das Variações Patrimoniais:** a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2016:

Variações Patrimoniais Aumentativas	29.942.714,60
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	(23.822.832,33)
<b>= Resultado Patrimonial no Período</b>	<b>6.119.882,27</b>

**c) Balanço Patrimonial:** as informações constantes da demonstração (anexo 14) coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO SUL**

consistência das informações. Registre-se aqui que o saldo financeiro livre para ser utilizado no exercício seguinte é de R\$ 2.061.432,98, que deverão ou serão aplicados em projetos/atividades específicos quanto aos vinculados ou em projetos/atividades previstas no PPA, LDO ou LOA.

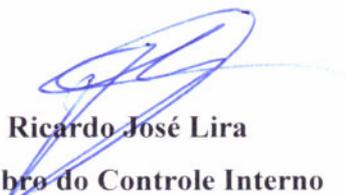
## **II – PARECER**

Por esta razão e pelos exames e testes praticados, este órgão de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no PPA, priorizadas na LDO, e os programas do governo municipal elencados na LOA, foram adequadamente cumpridas.

Por outro lado, tratando-se da legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, entendemos que a referida também foi plenamente observada. Ainda a respeito da eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos na lei orçamentária indo de encontro dos anseios da comunidade.

**É o relatório e parecer.**

Campinas do Sul - RS, 10 de janeiro de 2017.



**Ricardo José Lira**  
**Membro do Controle Interno**